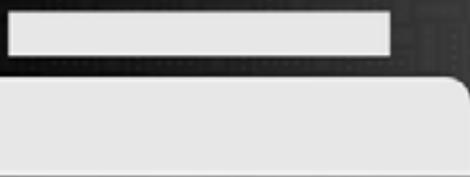




UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



Revista do
DIREITO PÚBLICO





REITORA

Prof.^a. Dr.^a. Berenice Quinzani Jordão

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfier

Diretora de Pós-Graduação: Prof.^a. Dr.^a Maria Helena Pelegrinelli Fúngaro

Diretor de Pesquisa: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Pitta

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Diretor: Prof. Azenil Staviski

Vice-Diretor: Prof. Carlos Cogo Milanez

Chefe do Departamento de Direito Privado: Profa. Ms. Marília Salerno

Chefe do Departamento de Direito Público: Prof.^a Ms. Nélia Edna Miranda Batisti

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Revista do Direito Público / Universidade Estadual de Londrina.

Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito
Público. Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. –
Londrina: UEL, 2018-.

v. ; 29 cm.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: v. 13, n.1, jan/abr. (2018).

ISSN: 1980-511X (on line).

1. Direito Público – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito Público.
Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial.

CDU 342

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos,
cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos
artigos desta revista desde que seja citada a fonte.

Indexada em: LivRe (Brasil), Doaj (Suécia), Latindex (México), SHERPA RoMEO

(Inglaterra), Portal de Periódicos CAPES (Brasil), WorldCat (EUA), TULIPS-Linker (Japão), Aladin (EUA), New Jour (EUA), BASE(Alemanha).

Disponível nos catálogos digitais das bibliotecas: HKU Librarie (Hong Kong), Charles University (Rep. Checa), Gorky St. Petersburg State University (Rússia), Hebrew University of Jerusalem (Israel), Miami University Libraries (EUA), Yale University (EUA), Universidad Nacional Autónoma de México(Máxico), Universidade do Porto(Portugal), University of Tsukuba (Japão).



Revista do
DIREITO PÚBLICO

ISSN 1980551-X

MESTRADO EM DIREITO
NEGOCIAL

DEPARTAMENTO DE
DIREITO PÚBLICO



Universidade
Estadual de Londrina



ISSN 1980-511X (eletrônico)
 Revista do Direito Público da UEL
 Volume 13, número 1, abril 2018

EDITORES RESPONSÁVEIS / EDITORS

Dr. Luiz Fernando Bellinetti
 Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Eduardo Reale Ferrari - Universidade de São Paulo (USP/SP)
 Francisco Emílio Baleotti - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
 Irene Patrícia Nohara - Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM/MG)
 Maria Auxiliadora Minahim - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA)
 Tânia Lobo Muniz - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
 Thais Bernardes Maganhini - Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO)
 Wilson Engelmann – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

PARECERISTAS AD HOC / REVIEWERS

Afonso Maria das Chagas	Rondônia
Andrea Boari Caraciola	São Paulo
Bruno César Lorencini	São Paulo
Daiane Moura de Aguiar	Rio Grande do Sul
Fabício Dreyer de Avila Pozzebon	Portugal
Fredie Souza Didier Junior	Bahia
Glacy Odete Rachid Botelho	Goiás
Gustavo da Gama Vital de Oliveira	Rio de Janeiro
Humberto Barrionuevo Fabretti	São Paulo
José Eduardo Lourenço dos Santos	São Paulo
José Maria Rosa Tesheiner	Rio Grande do Sul
Lucas Galvão de Britto	São Paulo
Mirta Gladys Lerene Manzo de Misailidis	São Paulo
Nelson Finotti Silva	São Paulo
Patrícia Ferreira Baptista	Rio de Janeiro
Thais Bernardes Maganhini	Rondônia

ASSESSORIA TÉCNICA

Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

Bruna Faria, Germano Matheus Codognotto da Cunha, Juliana Carvalho Pavão, Laudicena Ribeiro, Luana da Costa Leão, Natali Silvana Zwaretch, Pedro Henrique Amaducci Fernandes dos Santos, Rafael Duarte de Salvi, e Roberta Carolina de Afonseca e Silva.

Sumário | Contents

Editorial 10

A APLICAÇÃO PELO JUIZ DE MEDIDA DIVERSA DA ESTABELECIDADA EM SENTENÇA JUDICIAL CONDENATÓRIA: UMA ANÁLISE DO ATIVISMO E DO GARANTISMO JUDICIAL14

THE JUDGE'S APPLICATIONS OF A DIVERSE LEGAL MEASURE OF THAT ESTABLISHED IN THE CONVICTIVE JUDICIAL SENTENCE: AN ANALYSIS OF JUDICIAL ACTIVISM AND GUARANTEEISM

Paulo Roberto Meyer Pinheiro, Camila Gomes Barbosa e Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

O PAPEL DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PARA A MINIMIZAÇÃO DE CONDUTAS INEFICIENTES 42
BRAZILIAN IMPROBITY ADMINISTRATIVE LAW'S ROLE IN MINIMIZING INEFFICIENT BEHAVIOR

Patrícia Maria Seger de Camargo e Celmar Corrêa de Oliveira

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O ABUSO DO PODER: “UMA VISÃO SOBRE A DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA DIANTE DO ABUSO DO CAPITAL” 70
ECONOMIC DEVELOPMENT AND ABUSE OF POWER: “NA INSIGHT INTO THE DYNAMIC OF BRAZIL'S ECONOMY IN FACE OF THE ABUSE OF CAPITAL”

Adilson Ivan Caropreso Pinheiro e Décio Estevão do Nascimento

O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS 110
THE USE OF THE PLEA BARGAIN IN COMBATING CRIMINAL ORGANIZATIONS

Allan Jones Andreza Silva, Luciano Nascimento Silva e Andrey Jonas Andreza Silva

“DISREGARD DOCTRINE”: A APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 150
FINALITY “DISREGARD DOCTRINE”: THE APPLICATION OF DISREGARDING TO THE LEGAL PERSONALITY

Caio Eduardo Costa Cazelatto, Antonio Carlos Segatto e Naina Beatriz Ide da Silva

IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA E PESSOALIDADE: UMA RELAÇÃO PRECÁRIA E EM DETERIORAÇÃO	188
INDIVIDUAL INCOME TAX IN BRAZIL AND THE PERSONALITY PRINCIPLE: PRECARIOUSNESS AND DETERIORATION	
<i>André Felipe Canuto Coelho e Bruna Estima Borba</i>	

TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL.....	226
TAXATION AS AN INSTRUMENT FOR THE REDUCTION OF INEQUALITY IN BRAZIL	
<i>Priscila Anselmini e Marciano Buffon</i>	

CRISE DO ESTADO E O IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO	259
CRISIS OF THE STATE AND THE PROGRESSIVE IPTU AS AN INSTRUMENT OF INTERVENTION FOR THE DEVELOPMENT OF URBAN SPACE	
<i>Jussara Romero Sanches, Miguel Etinger de Araujo Junior e Elve Miguel Cenci</i>	

DIREITO AO ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT)	291
THE RIGHT TO BE FORGOTTEN: A LEGAL ANALYSIS OF THE CURRENT JURISPRUDENCE OF THE HIGH COURT OF APPEAL OF THE FEDERAL DISTRICT AND TERRITORIES (TJDFT)	
<i>Diaulas Costa Ribeiro, Júlio Edstron S. Santos e Maria Sariane de C. Sousa</i>	

A INFLUÊNCIA DO MERCOSUL NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL	338
THE INFLUENCE OF MERCOSUL IN THE DEVELOPMENT OF THE CREATIVE ECONOMY IN BRAZIL	
<i>Henrique Rodrigues Lelis, Pablo Henrique Hubner de Lanna Costa e Carla Ribeiro Volpini Silva</i>	

RESENHAS / REVIEWS

DA ÉTICA GERAL À ÉTICA EMPRESARIAL 369
FROM GENERAL ETHICS TO BUSINESS ETHICS

Ana Flávia Terra Alves Mortati

DIREITO APLICADO AO AGRONEGÓCIO: UMA ABORDAGEM
MULTIDISCIPLINAR 372
LAW APPLIED TO AGRIBUSINESS: A MULTIDISCIPLINARY
APPROACH

Rafaela Aiex Parra

Editorial

Apresentamos uma nova edição da Revista do Direito Público.

Esta edição, nº. 1, do volume 13, é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado do Paraná e de todo Brasil, com temas de Direito Penal e Processo Penal, Direito Administrativo, Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Constitucional e Direito Econômico.

No âmbito do Direito Penal e Processo Penal o artigo “A aplicação pelo juiz de medida diversa da estabelecida em sentença judicial condenatória: uma análise do ativismo e do garantismo judicial” analisa as decisões judiciais que fixem outro cumprimento de pena, em razão da falta de vaga em estabelecimentos penais. Para tanto, foi realizado um levantamento doutrinário partindo do surgimento do ativismo judicial, finalizando com decisões dos tribunais.

Continuando na seara penal, o texto “O instituto da delação premiada no combate as organizações criminosas” realiza uma análise da validade ética e jurídica da Lei nº12.850/13 e sua relevância para combater o crime organizado. Diante disso, parte-se da observação das influências que as organizações detêm e da dificuldade do Estado para

enfrentá-las, finalizando com uma análise da referida lei.

No âmbito do Direito Administrativo, no trabalho “O papel da Lei de Improbidade Administrativa para a Minimização de condutas ineficientes” foi realizada uma pesquisa com base na Lei de Improbidade Administrativa e nos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de 01/01/2010 a 19/12/2015, que versavam sobre a responsabilização dos agentes. Foi feito um levantamento de condutas que geraram responsabilidade na forma culposa, visando identificar quais eram as causas que tornavam as condutas dos agentes tão ineficientes.

Continuando na seara Administrativa, o trabalho “Desenvolvimento econômico e o abuso do poder: ‘uma visão sobre a dinâmica econômica brasileira diante do abuso do capital’” estuda a regulação econômica realizada pelo Estado brasileiro e o embate contra a abusividade e a desigualdade do interesse econômico e a legislação política de um estado social com o escopo de atingir o bem comum. A partir daí, realiza uma análise da doutrina, legislação e jurisprudência pertinentes ao tema.

No tocando ao Direito Empresarial, o estudo ““Disregard Doctrine”: a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica” realiza uma análise teórica do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, analisando desde a origem do instituto, passando pelas teorias menor e maior da desconsideração, e finalizando

com as mudanças provenientes do Código de Processo Civil de 2015.

No âmbito do Direito Tributário, o artigo “Imposto de renda da pessoa física e pessoalidade: uma relação precária e em deterioração” tem como enfoque esse tributo em face de uma investigação sobre a concretização do princípio da capacidade econômica. Realiza essa análise com base em dados disponibilizados pela Secretária da Receita Federal, no período de 2001 a 2014.

Dentro da mesma área do Direito Tributário, em “Tributação como instrumento de redução das desigualdades no Brasil” desenvolve-se um estudo que procura demonstrar que a desigualdade de renda e de riqueza podem ser reduzidas por meio de um sistema tributário equânime. Visando atingir o seu objetivo, o trabalho, inicialmente, estuda como é distribuída a carga tributária brasileira, para, posteriormente, verificar os princípios da capacidade contributiva e progressiva dos impostos como instrumentos hábeis e eficazes para reduzir a desigualdade.

Por fim, ainda no campo do direito tributário, vinculado com o direito urbanístico, é apresentado o artigo “Crise do Estado e o IPTU progressivo no tempo como instrumento de intervenção no desenvolvimento do espaço urbano”, com o escopo de investigar a utilização do IPTU progressivo como meio para compatibilizar o desenvolvimento urbano com a função

social da propriedade.

Na área do Direito Constitucional, o conflito entre o direito ao esquecimento e o direito à informação é objeto de estudo do artigo “Direito ao esquecimento: uma análise jurídica da jurisprudência atual do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)”. Com esse objetivo, os autores analisaram diversos julgados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para compreender como a matéria está sendo concretamente resolvida naquele tribunal.

A respeito do Direito Econômico, “A influência do Mercosul no Desenvolvimento da economia criativa no Brasil” analisa a importância da integração promovida pelo MERCOSUL para o desenvolvimento da Economia Criativa em nosso país. Assim, o trabalho utiliza desde o conceito de economia criativa e seus aspectos históricos até o estudo dos impactos da participação do Brasil no bloco regional para esse desenvolvimento.

Nessa edição, a revista ainda conta com a resenha da obra “Da ética geral à ética empresarial” de Newton de Lucca e “Direito Aplicado ao Agronegócio: uma abordagem multidisciplinar”, organizado por Rafaela Aiex Parra.

Esperamos que apreciem a leitura de nossa primeira edição deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti